

Aviso de Dispensa de Licitação nº 04-2025

UASG: 925088 – PMSP
SUBPREFEITURA SANTANA-TUCURUVI.

Processo SEI nº 6052.2025/0003601-1

Considerando AUSÊNCIA DE CÓDIGO ESPECÍFICO para CADA ITEM no www.gov.br/compras, solicitamos que para a formação da proposta de preço e o registro no sistema, o Licitante baseie-se EXCLUSIVAMENTE nas informações constantes nas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO e demais condições do ANEXO I (página 12).

OBJETO: Serviço de Descupinização

QUANTIDADE DE PARCELAS:

Data de Início da Etapa de Lances: **02/12/2025**

Prazo da Etapa de Lances: **06 horas**

Preferência ME/EPP/EQUIPARADAS: **Sim**

Critério de Julgamento: menor valor

Torna-se público que a Subprefeitura Santana/Tucuruvi realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **menor valor**, na hipótese do art. 75, inciso II nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do art. 56 do Decreto Municipal nº 62.100 de 27 de dezembro de 2022 e demais normas aplicáveis.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação objetivando a aquisição conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação ocorrerá conforme tabela abaixo.

1.2.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2.2. Havendo qualquer divergência entre o código cadastrado e o descrito neste Aviso de Contratação Direta, prevalece o descrito no Aviso de Contratação Direta.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor valor**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo,

quando requerido, sua substituição.

3.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.8.4. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R\$ 1,00 (um real).

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, haverá negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.6.1. contiver vícios insanáveis;

5.6.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação após a negociação.

5.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.8. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime, quando aplicável.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser

colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Após a aceitação/negociação a empresa encaminhará a proposta contendo os dados bancários e assinatura do representante legal da empresa para análise, e aprovação da área técnica/solicitante.

5.13. Somente após a aprovação da nova proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto no Item 06, neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. A equipe de apoio e/ou pregoeiro (a), procederá a consulta e a inclusão no processo administrativo, os seguintes documentos, conforme [Instrução Normativa Nº 02/2019 do TCM-SP](#), e os documentos previstos no Art. 50 a 51 do Decreto 62.100/2022.

6.2. Caso o licitante tenha domicílio ou sede "fora" do Estado de São Paulo deverá encaminhar a cópia simples do Contrato Social.

6.3. Caso a empresa não esteja cadastrada como Contribuinte no Município de São Paulo, (consulta: <https://ccm.prefeitura.sp.gov.br/login/contribuinte?tipo=F>), deverá encaminhar a Declaração que "Nada deve à Fazenda Municipal" – Anexo III

6.4. Declaração prevista em item 3.8 deste Aviso de Contratação Direta.

6.5. Fica a empresa dispensada do envio dos documentos constantes no item 6.1. A equipe de apoio e/ou pregoeiro(a) que irá proceder a consulta e a sua inclusão no processo administrativo que trata a aquisição do objeto pretendido.

6.6. Havendo qualquer dificuldade na emissão dos documentos mencionados no item 6.1, a equipe de apoio e/ou pregoeiro(a) entrará em contato com a empresa, através do e-mail informado no sistema Compras.gov.br, solicitando o seu envio.

6.7. O Contrato social (quando necessário) e a Declaração, item 3.8, devidamente preenchida, deverá ser encaminhada para os e-mails fszanoni@smsub.prefeitura.sp.gov.br, contendo os dados bancários e assinatura do representante legal da empresa, até as 12:00 horas do dia seguinte ao encerramento da sessão.

7. CONTRATAÇÃO:

7.1. Sem prejuízo de outras condições previstas em lei ou no Aviso de Contratação Direta, constituem óbice à formalização:

I - A irregularidade perante o Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, criada pela [Lei nº 14.094, de 6 de dezembro de 2005](#);

II - A pena de impedimento de licitar e contratar com o Município de São Paulo; III – A pena de inidoneidade para licitar ou contratar;

IV - A proibição de contratar com o poder público por decisão judicial em ação de improbidade.

Parágrafo único. Para os fins do disposto nos incisos III e IV do "caput" deste artigo, deverão ser consultados os seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); <https://portaldatransparencia.gov.br/licitacoes/consulta?ordenarPor=dataResultadoCompra&direcao=desc>

II - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc> e

III - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNIA – CNJ). https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php

8. PAGAMENTO

8.1 Em parcela única, em 30 (trinta) dias, a contar do dia seguinte da entrega da documentação pela contratada, nos termos da Portaria SF nº SF nº 275, de 05 de setembro de 2024 e Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010, desde que atestada como a “Contento” pelo fiscal do contrato, através de depósito bancário no Banco do Brasil.

8.2 A nota fiscal deverá conter o mesmo CNPJ constante no campo “Credor”.

8.3 Caso a empresa seja optante do Simples Nacional, a empresa deverá juntamente com a Nota Fiscal apresentar a última Guia e o Comprovante de pagamento, assim como a consultada opção através do site: <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SIMPLESNACIONAL/aplicacoes.aspx?id=21>

8.4 A administração irá realizar a pesquisa no Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL e a existência de registro no CADIN MUNICIPAL impede os órgãos e entidades da Administração Municipal de realizarem o pagamento.

8.5 Caso a proposta não exceda o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) e a empresa não possua conta no Banco do Brasil, a empresa poderá indicar a conta corrente de outra instituição bancária desde que o fornecimento e/ou prestação de serviços sejam de natureza eventual e não continuada.

8.5.1 Entende-se de natureza eventual aquela originária de até duas prestações de serviços ou fornecimento no período dos últimos doze meses

8.6 Será aplicada compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05 de janeiro de 2012, quando houver atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Contratante, observada a necessidade de se apurar a responsabilidade do servidor que deu causa ao atraso no pagamento, nos termos legais.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21.

9.2 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

9.3 Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 12 (doze) meses com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

9.4 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

9.5 As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:

9.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.

9.7 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.

9.8 Em caso de descumprimento das obrigações relativas à garantia dos serviços executados, será aplicada à contratada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, nos termos do art. 156 da Lei nº

14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis."

9.9 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições.

9.10 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.

9.11 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

9.12 Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Subprefeitura Santana/Tucuruvi, situada na Av. Tucuruvi nº 808, 3º andar, cep 02304-002, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, e protocolizado em dias úteis, das 08h00 às 16h00.

9.13 Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em Lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

9.14 Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Aviso de Contratação Direta.

9.15 Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, "caput" e § 1º, da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#)

9.16 São aplicáveis no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

9.17 Aplicada penalidade pecuniária e transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso ou denegado provimento ao recurso interposto, o valor correspondente deverá ser retido na nota de liquidação e pagamento.

9.18 Após a publicação do despacho que denegou provimento ao recurso ou o decurso do prazo sem interposição de recurso, não havendo tempo hábil para que seja respeitado o prazo legal para o pagamento, a retenção do valor da multa deverá ocorrer na próxima nota de liquidação e pagamento.

9.19 Não havendo mais pagamentos a serem efetuados, a multa deverá ser recolhida por meio de DAMSP ou mediante execução da garantia contratual.

9.20 Se a multa aplicada for superior à garantia prestada e não for recolhida a diferença, o valor remanescente deverá ser inscrito no Cadastro Informativo Municipal, nos termos do [Decreto nº 47.096, de 21 de março de 2006](#), e encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

10.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não

conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

10.12. Para a execução deste objeto, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

10.13. Garantir a proteção de dados pessoais, nos termos da [Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), quando for o caso;

10.14. Vincula-se ao Aviso de Contratação Direta, Termo de Referência - Anexo I, Modelo de Proposta – Anexo II, Modelo de Declaração – Anexo III.

10.15. Os Autos seguirão para a Autoridade Competente que a seu critério homologará a Dispensa de Licitação – Sistema Compras.gov.

10.16. A formalização da Contratação será conforme disposto em art.95 da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e art. 69 do Decreto Municipal 62.100 de 27 de dezembro de 2022.

10.17. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.17.1. ANEXO I – Termo de Referência;

10.17.2. ANEXO II – Modelo de Proposta;

10.17.3. ANEXO III – Modelo de Declaração;



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SUBPREFEITURA
SANTANA-TUCURUVI**

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada em serviços de descupinização na Unidade de Armazenamento, situada na Rua Eduardo Vicente Nasser, 589 - Palmas do Tremembé, com uma área total de 285 m².

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNIDADE
1	Serviços de descupinização na Unidade de Armazenamento	01	SERVIÇO

2 JUSTIFICATIVA

2.1 A contratação do serviço descrito no item 1 deste Termo de Referência é necessária em razão da urgência no combate a esta praga urbana, que poderá infestar em maior proporção o ambiente da Unidade de Armazenagem, sob responsabilidade da Subprefeitura Santana Tucuruvi. Apesar de não ser vetor de doenças, a praga pode causar danos estruturais. Assim, para manter as condições mínimas do ambiente, que deve estar livre de pragas, é indispensável a contratação de serviço especializado no combate a esses animais perniciosos.

3 LOCAL

3.1 Unidade Armazenamento da Subprefeitura Santana-Tucuruvi, situado na Rua Eduardo Vicente Nasser, 589 - Palmas do Tremembé.

3.1.2 Área Total 285 m²

Área 1: 12 m X 12 m

Área 2: 10 m X 14,10 m

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 Implementação de sistema de descupinização nas áreas internas e externas da Unidade de Armazenamento, abrangendo todas as estruturas e superfícies suscetíveis à infestação, incluindo pisos, paredes, forros, móveis e madeiramentos.

4.2 Para combater cupins:

4.2.1 Tratamento químico do solo e paredes: aplicação de produtos químicos nos locais descritos, onde a presença da praga foi constatada, visando eliminar cupins subterrâneos e impedir sua proliferação.

4.2.2 Tratamento da rede elétrica, lógica, telefonia e imagem: aplicação de pó inseticida nos condutores da fiação elétrica, lógica, telefonia e imagem, com o objetivo de impedir que os cupins utilizem esses locais para se espalhar pelas edificações.

4.2.3 Tratamento do madeiramento do telhado: todas as madeiras que compõem a estrutura do telhado, incluindo vigas e ripamentos, deverão receber tratamento com produtos químicos à base de óleos solúveis, garantindo proteção contra infestação.

5 CONDIÇÕES GERAIS DO SERVIÇO

5.1 Estar de acordo com o cronograma estabelecido pela contratante;

5.2 Causar o mínimo de impacto ao meio ambiente;

5.3 Atingir os objetivos e exterminar as colônias, impedir a formação e surgimento de novos insetos;

5.4 Não colocar em risco a saúde de pessoas que transitam nas instalações;

5.5 Não contaminar o ambiente ou objetos com cheiro, vapores e fumaças;

5.6 Não interferir na rotina do ambiente;

5.7 Permitir que o ambiente possa ser lavado sem eliminar o efeito do produto aplicado;

5.8 Deverá ser aplicado por profissionais treinados e identificados;

5.9 Emitir relatórios dos serviços constando data e horário da aplicação, produto aplicado e responsável pela aplicação;

5.10 Promover monitoramento das áreas tratadas em ação conjunta com a contratante, reforçando a aplicação se for o caso até a solução do problema, sem ônus para a Prefeitura de São Paulo;

5.11 Utilizar equipamentos de proteção individual adequados para cada situação.

6 PRODUTOS UTILIZADOS

6.1 A contratada deverá possuir todos os tipos de produtos utilizados no controle de animais mencionados neste Termo de Referência, além de tecnologia e conhecimento para manuseio e aplicação dos mesmos;

6.2 A contratada deverá apresentar tabela contendo as seguintes informações: nome comum, grupo químico, ação tóxica, antídoto e tratamento, número de Registro no Ministério da Saúde, para cada praga alvo de controle a que se destinará o produto.

7 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Sem prejuízo de outros métodos mais eficientes que devem ser empregados no combate às pragas, deve ser observado também:

7.1.2 Para combater cupins:

- Tratamento químico do solo e paredes nos locais descritos no item 3, em que a praga fora mencionada.
- Tratamento da rede elétrica, lógica, telefonia e imagem, com o fito de impedir que os cupins utilizem-se destes locais para se espalharem pelas edificações. Deverá ser feita adição de pó inseticida nos condutores da fiação elétrica, lógica, telefonia e imagem.
- Tratamento do madeiramento do telhado. As madeiras que compõem as estruturas do telhado deverão receber tratamento com produtos químicos, óleos solúveis em todas as vigas e demais ripamentos.

8 DAS APLICAÇÕES

8.1 A aplicação será realizada em uma única execução, podendo ser realizadas novas aplicações durante o período de garantia de 12 meses para assegurar a efetividade do serviço, sendo as aplicações realizadas tando a pedido da Contratante quanto por iniciativa da Contratada, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2 As aplicações devem ser marcadas previamente com a Supervisão de Administração e Suprimentos através de e-mail celsoneto@smsub.prefeitura.sp.gov.br.

9 PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA/RECEBIMENTO

9.1 O serviço referendado no objeto deste Termo de Referência deverá ser iniciado dentro de 10 (dez) dias úteis a partir da ordem de início, que deverá ser agendada previamente o que poderá ser inclusive nos finais de semana.

9.2 Todo o processo de transporte do material a ser utilizado no serviço objeto deste Termo é de exclusiva responsabilidade da contratada. A contratada deve observar inclusive eventuais restrições de circulação de veículos nos diferentes endereços da Subprefeitura Santana- Tucuruvi.

9.3 Fica assegurado ao CONTRATANTE o direito de rejeitar os serviços executados em desacordo com as especificações exigidas.

9.4 Caso haja defeito na realização do serviço, ou eventuais problemas pontuais detectados pela fiscalização, caso não ocorra a correção no tempo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, estará a contratada incorrendo em atraso e sujeita à aplicação de sanções previstas na legislação de regência.

9.5 A contratada deverá comunicar formalmente e por escrito à Supervisão de Administração da Subprefeitura Santana- Tucuruvi, com antecedência máxima de 24 (vinte e quatro) horas, eventuais problemas de força maior ou caso fortuito que o impeça de executar o serviço no prazo designado.

9.6 O material adquirido deverá ser novo, assim considerado de primeiro uso.

9.7 A contratada deve acondicionar os produtos preferencialmente em embalagens adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a aplicação segura nos locais designados.

9.8 O objeto deste presente Termo de Referência será aceito nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.9 A contratada deverá se responsabilizar por todos os ônus relativos à prestação do serviço, conforme descrição e condições constantes neste Termo de Referência, inclusive frete, seguro, cargas e descargas, desde a origem até sua efetivação no local de destino.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FISCAL DA CONTRATAÇÃO E DA UNIDADE GESTORA

10.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos.

10.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

10.3 Comunicar a contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço, tomando providências necessárias para sua correção e a devida reaplicação, se for o caso.

10.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

10.5 Efetuar o pagamento à contratada correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, modo e forma ajustados.

10.6 Aplicar as sanções que couberem à contratada, depois de garantir a ampla defesa e o contraditório.

11 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

11.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, na sua proposta, e no contrato em si, assumindo com exclusividade seus riscos e as despesas decorrentes da integral e adequada execução do objeto contratado.

11.2 Efetuar a entrega do objeto conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal ao final da realização dos serviços, na qual constarão as indicações referentes a: produto utilizado, prazo de garantia ou validade, entre outras.

11.3 Reaplicar às suas expensas, no todo ou em parte, sempre que a fiscalização verificar vícios no serviço executado.

11.4 Comunicar, por escrito à Supervisão de Administração da Subprefeitura Santana- Tucuruvi, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, o(s) possível(eis) motivo(s) que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

11.5 Garantir que os materiais sejam originais e de procedência legal, além de que não seja de maneira alguma fruto de reaproveitamento.

11.6 Arcar com as despesas tributárias, inclusive as taxas, bem como aquelas referentes a seguro e transporte do material, se for o caso.

11.7 Notificar a Supervisão de Administração, através de justificativa circunstanciada formal, da ocorrência de qualquer evento que venha causar atrasos ou impedimentos na realização do serviço, justificando o atraso, por escrito, o que, em hipótese alguma, eximirá o contratado das obrigações assumidas, salvo caso fortuito ou força maior, devidamente caracterizado.

11.8 Responder, integral e objetivamente, por perdas e danos que vier a causar à Subprefeitura da Santana- Tucuruvi, ou a terceiros, em razão de ação ou omissão sua ou de seu preposto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

11.9 Não ceder ou transferir para terceiros, em todo ou em parte, o objeto da contratação.

11.10 Submeter-se à fiscalização que a Contratante exercerá sobre o fornecimento.

11.11 A inobservância ao disposto em qualquer item acima poderá implicar o não pagamento ao empresário contratado, até sua regularização.

11.12 A contratada será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e aplicação dos produtos.

11.13 A contratada deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

11.14 A contratada deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições exigidas no procedimento de contratação.

11.15 A contratada deverá entregar um relatório detalhado contendo todas as ações realizadas, materiais utilizados, prazos cumpridos e eventuais ocorrências para análise e aprovação da Fiscalização.

11.16 A contratada terá a obrigação de retirar a Nota de Empenho no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação expedida pela Supervisão de Administração, ficando ciente de que estará sujeita a todos os deveres e sanções previstos na legislação vigente.

12 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contado do recebimento, apontado no ateste, mediante a entrega na Supervisão de Administração dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros a serem exigidos, notadamente os descritos na Portaria nº 275/2024, da Secretaria Municipal da Fazenda:

12.2 Nota fiscal ou nota fiscal-fatura;

12.3 Fatura no caso de apresentação da nota fiscal;

12.4 Cópia da nota de empenho;

12.5 Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(o) acompanhar os demais documentos.

13 DA GARANTIA

13.1 Garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da data da aplicação dos produtos.

13.2 Em decorrência da impropriedade do objeto, por problemas na sua produção, ou por algum outro vício do serviço, o contratado deverá promover, durante o período de garantia, a realização de novo serviço, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da notificação.

14 DO FRETE

14.1 O frete ou qualquer outra despesa pelo transporte correrá por conta do fornecedor.

15 VALIDADE DA PROPOSTA

15.1 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, o qual será contabilizado a partir da data de sua entrega.

15.1.1 Na proposta de preço devem estar incluídas todas as despesas e custos como transporte, tributos de qualquer natureza e todas as outras despesas diretas ou indiretas relacionadas com o objeto.

16 DAS SANÇÕES

16.1 Além das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 62.100/22 e demais normas pertinentes.

17 DA VIGÊNCIA

17.1 A vigência do contrato será contada a partir da data fixada na ordem de início, compreendendo a execução única e integral do serviço objeto deste contrato.

18 DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 O critério de julgamento da melhor proposta deve ser pelo menor valor total global. Qualquer outro tipo de oferta deve ser desconsiderada para fins de apuração da melhor proposta.

18.2 Este documento foi elaborado à luz da Lei de regência como peça integrante e indissociável de um procedimento de compra, tendo por finalidade definir o conjunto de elementos que nortearão o eventual

serviço de descupinização conforme especificações, condições, quantidades, exigências e demais elementos presentes neste instrumento.

18.3 Gestor do Contrato: Celso Dias de Oliveira Neto RF: 782.566-8

18.3.1 Fiscal do Contrato: Aparecida Ferreira Garcia RF: 634.215-9

1. PRAZO DE ENTREGA

1.1. A entrega deverá ocorrer em parcela única de todos os itens no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar do primeiro dia útil seguinte ao recebimento da Ordem de Fornecimento, através do e-mail fornecido pela empresa;

1.2. A entrega deverá ser acompanhada da respectiva nota fiscal.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão pública de pregão.

O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar do dia seguinte da entrega da documentação pela contratada, nos termos da Portaria SF nº 275 de 05 de outubro de 2024;

O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente no BANCO DO BRASIL S/A, em nome do credor, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197 publicado no D.O.C. do dia 23 de Janeiro de 2010.

Conforme DECRETO Nº 56.633, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015: Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**

**SUBPREFEITURA
SANTANA-TUCURUVI**

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

A empresa, estabelecida na, inscrita no CNPJ sob nº....., telefone:.....e-mail..... propõe fornecer os **MATERIAIS, PARA A SUBPREFEITURA SANTANA/TUCURUVI**, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação conforme abaixo discriminado:

ITEM	QTD	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	MODELO/MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
VALOR TOTAL						

COLOCAR NA PROPOSTA SEM FALTA:

Estamos cientes e de acordo com o termo de referência.

Validade da proposta: 60 dias

Dados para pagamento: Banco do Brasil – Agência / conta corrente

Prazo de Entrega:

Local de entrega:

Prazo de entrega:

Pazo de pagamento 30 dias

(Data, carimbo com CNPJ, assinatura)

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

NADA DEVE À FAZENDA MUNICIPAL

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do C.P.F. n.º _____, DECLARA, sob as penas da Lei, que não possui cadastro mobiliário junto à Prefeitura do Município de São Paulo e que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados como objeto licitado.

Cidade / UF <<dia>>, << mês>> de 2024.

Assinatura do representante da empresa